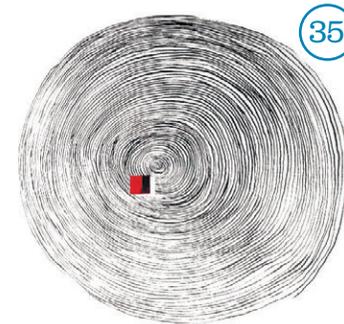


// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

Manuel Sobrinho Simões

Professor emérito da Universidade do Porto

Isto não se resolve com mais escolas de Medicina em Lisboa, Porto ou Coimbra.

Em finais de 2021, estávamos na fase terminal da pandemia, apresentei e discuti o tema “Portugal resiste. Não desistiu, mas resistirá?” no âmbito da 12a edição do Prémio Manuel da Mota sob o lema “Portugal Resiste”. Entre outras ameaças, salientei os “Problemas com a educação e a saúde”, invocando as limitações de formação e ensino em Portugal.

Aprendera com Daniel Bessa a identificar o problema das instituições de ensino superior “caracterizadas como burocracias profissionais” por H. Mintzberg, na medida em que exibem um “modelo de funcionamento marcado por um poder extremamente diluído, autonomia profissional dos seus agentes e organização muito débil sobretudo no plano da gestão estratégica”. Infelizmente, essas características negativas das universidades são amplificadas quando se junta a Saúde à Academia, e defrontamos grandes limitações na organização do ensino médico com “docentes-das-faculdades”, por um lado e “clínicos-dos-hospitais”, por outro.

No que diz respeito ao Serviço Nacional de Saúde (SNS) é pacífico acentuar a centralidade das pessoas, a competência dos profissionais da saúde, que vai muito para além dos médicos e subentende um sistema de ensino/aprendizagem de qualidade, o deslocamento do foco nos hospitais para

os centros de saúde e a comunidade, e a melhoria do sistema de informação de saúde.

À medida que a profissão liberal desapareceu, testemunhámos o aumento imparável de Unidades Hospitalares Privadas, enquanto os Serviços de Urgência dos hospitais continuam a ser encharcados por excesso de pessoas mais ou menos doentes. O hospitalo-centralismo do nosso Sistema de Saúde não melhorou e não resolverá o problema. O aumento do número de médicos, per se, também não é solução. Assim como não melhoraremos enquanto não conseguirmos ter uma resposta articulada, otimizando a existência de equipas de natureza multiprofissional implantadas no terreno a partir dos Centros de Saúde. Neste domínio, é fundamental revalorizar as profissões da saúde, transversais às diferentes carreiras, com recuperação de hierarquias funcionais e avaliação com consequências.

Temos de melhorar a articulação entre as Faculdades de Medicina e as Unidades Locais de Saúde Universitárias, retomando a ideia dos Centros Académicos Clínicos, rebaptizados como Centros Universitários Clínicos com as indispensáveis adaptações a esse novo ecossistema, e valorizar a aprendizagem nos Centros de Saúde. Devemos proceder à revisão do estatuto de Médico Docente com tempo protegido para o ensino. O mesmo se aplica à enfermagem e a outras profissões da saúde. E deverá haver tempo protegido para a investigação em todas as ULS, sejam universitárias ou não.

Mais do que discutir o número de vagas, é preciso retomar a ideia que as licenciaturas e/ou mestrados integrados em saúde deverão ter uma parte comum à enfermagem e ao ensino de algumas áreas e tecnologias da saúde. Entretanto, deveríamos descentralizar o ensino médico pois formamos médicos em excesso para a capacidade que temos nos Hospitais Universitários em Lisboa, Porto e Coimbra. A regionalização poderá contribuir para essa descentralização e os bons exemplos do Minho e da Beira Interior, assim como de outros Centros Universitários Clínicos, poderão (e deverão) ser utilizados como dinamizadores de uma nova forma de organização de ensino/aprendizagem.

Este tipo de organização, descentralizado, melhorará a educação e a formação em ciências da saúde e potencializará uma prática clínica com ênfase na saúde e na prevenção das doenças das pessoas e da comunidade (ver caixa com pensamento de Luís Valente de Oliveira).

“... É preciso insistir muito na educação e na formação e, também, na descoberta de novos conhecimentos, na procura dos recursos endógenos e nas maneiras de os mobilizar, ...”

... “Importa atender à variedade das respostas que os sistemas centralizados habitualmente não produzem, a começar pelo conhecimento das necessidades e dos condicionamentos das soluções possíveis. Tudo isso é sabido em relação à educação e formação, à saúde e à cultura”

Prof. Valente de Oliveira

“O processo de desenvolvimento e a regionalização”, 4/10/2024